

A política externa do México no governo de López Obrador e as relações com os EUA

Marcela Franzoni (1) e Luis Fernando Ayerbe (2)

1- Doutoranda e mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (Unesp/Unicamp/PUC-SP)

2- Livre-Docente em História pela Universidade Estadual Paulista (Unesp)

Introdução

Andrés Manuel López Obrador (AMLO) foi eleito presidente do México com a expectativa de que faria transformações profundas no país. A chegada do Movimento Regeneração Nacional (Morena), partido pelo qual foi eleito, representou uma alternância para o sistema político mexicano, dominado pelo Partido Revolucionário Institucional (PRI), de 1929 a 2000 e de 2012 a 2018, e pelo Partido da Ação Nacional (PAN), de 2000 a 2012. Além disso, o projeto de desenvolvimento “pós-neoliberal” da Quarta Transformação, conforme apresentado nos documentos oficiais, pressupunha a redistribuição de renda, a maior participação do Estado na economia e o combate à corrupção, extinguindo os privilégios herdados dos governos anteriores e arrematando recursos para as políticas sociais e os projetos de infraestrutura (México, Diário Oficial de la Federación, 2019).

As expectativas de mudança na política interna alimentaram a de mudanças também na política externa, apesar de o tema não ter recebido atenção significativa de López Obrador.

Analistas (Modonesi, 2018; Centeno, 2021) discutiram a possibilidade de que o México estivesse passando por um “progressismo tardio”, em referência à política externa dos partidos de centro-esquerda que governaram a América Latina na primeira década do século XXI. Estes governos reforçaram as instâncias regionais, caso da União das Nações Sul-americanas (Unasul) e da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), menos institucionalizada que a primeira citada, como forma de reduzir a influência extrarregional e conquistar maior autonomia no sistema internacional. O paralelo com os partidos de centro-esquerda sugere que o governo AMLO poderia se aproximar dos países da América Latina e do Caribe, sobretudo da Argentina, após a eleição de Alberto Fernández, em 2019, e contrabalancear a dependência econômica do México em relação aos Estados Unidos.

O objetivo do artigo é discutir a política externa do governo de López Obrador e as relações do México com os Estados Unidos. Argumentamos que,

apesar de seu discurso transformador, López Obrador sinaliza para a continuidade nas relações com o vizinho, tendo adotado uma posição colaborativa, mas subordinada, com o governo de Donald Trump (2016-2020). A posição do presidente mexicano se justifica pela relação assimétrica com os EUA, condição que limita as possibilidades de autonomia por parte da política externa nacional.

Diante da ampla agenda das relações México-Estados Unidos, o artigo aborda com maior profundidade a questão comercial e migratória. Ambas se destacaram no início do governo AMLO, devido às negociações do Acordo Estados Unidos-México-Canadá (USMCA, em inglês), que substituiu o Tratado de Livre-Comércio da América do Norte (NAFTA, em inglês), em 1º de julho de 2020; e a crise migratória na América Central. As políticas mexicanas nestas temáticas indicam que o governo de López Obrador pretende aproveitar a magnitude dos vínculos bilaterais com os EUA para implementar as questões de incidência na política interna e externa do México.

O artigo está dividido em mais três partes, além desta introdução. A segunda seção realiza um balanço da política externa do governo de Enrique Peña Nieto (2013-2018) e das relações do México com os Estados Unidos. A terceira seção discute a política externa do governo de López Obrador e as principais medidas adotadas na política comercial e migratória. Ademais, discute as perspectivas para

as relações bilaterais na administração de Joseph Biden, iniciada em 20 de janeiro de 2021. Por último, as conclusões finais.

A política externa de Peña Nieto e as relações com os Estados Unidos

A eleição de Enrique Peña Nieto representou a volta do Partido Revolucionário Institucional à Presidência do México depois de dois governos consecutivos do Partido Ação Nacional (2000-2012). EPN, como é conhecido, assumiu o cargo em meio às contestações internas e externas da estratégia de combate ao crime organizado empreendida pelo presidente Felipe Calderón (2006-2012), que legou ao país o aumento da violência e as denúncias de corrupção por parte das forças armadas e policiais.

Enrique Peña Nieto buscou imprimir ao Partido uma ideia de renovação. Em 1º de dezembro de 2012, o governo aprovou no Congresso Nacional um conjunto de 11 reformas estruturais conhecidas como “Pacto pelo México”, as quais tinham como objetivo: 1. Elevar a produtividade e impulsionar o crescimento econômico; 2. Fortalecer e ampliar os direitos dos mexicanos; e 3. Afiançar o regime democrático e de liberdades (México, Secretaría de Relaciones Exteriores, 2016). Aprovado com o apoio do PAN e do PRD, o Pacto incluiu a Reforma em Matéria de Competição Econômica, de Telecomunicações e Radiodifusão, Fiscal, Financeira, Trabalhista,

Educativa, em Matéria de Transparência, Político-Eleitoral e a Reforma Energética, que causou polêmica ao promover a abertura do setor petrolífero e romper com o monopólio da estatal Petróleos Mexicanos (PEMEX) na exploração e na produção de hidrocarbonetos.

As reformas estruturais reforçaram a dimensão econômica como eixo central da política externa mexicana (Ulloa, 2014; Meda e Aguilar, 2017). Por um lado, ela significou uma retomada da estratégia adotada pelo PRI na década de 1990, quando a diplomacia nacional buscou abrir oportunidades de comércio e de investimentos por meio de Tratados de Livre-Comércio. Por outro, o “Pacto pelo México” seria uma forma de atribuir menos importância à agenda de segurança, que tinha sido a tônica do governo de Felipe Calderón. A mudança de narrativa ganhou destaque nas publicações internacionais. A revista *The Economist* falou em “The Rise of Mexico”, a *Foreign Affairs*, em “Mexico Makes It: A Transformed Society, Economy and Government” e, com Enrique Peña Nieto na capa, a revista *Time* escreveu “Saving Mexico”.

A política externa de Peña Nieto teria o papel de projetar a imagem de um México moderno, seguro para os investidores internacionais e competitivo no comércio exterior. Alimentou-se, portanto, uma relação coconstitutiva entre a política interna e a externa, na qual o sucesso da imagem de

modernização do México dependia dos resultados macroeconômicos das reformas estruturais aprovadas em dezembro de 2012. Para isso, Peña Nieto investiu em uma intensa agenda diplomática durante o sexênio, que incluiu a participação em fóruns multilaterais, reuniões de trabalho e visitas oficiais a vários países (Meda; Aguilar, 2017).

Nas relações com os Estados Unidos, o Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2018 destacou a perspectiva de alargar os temas da agenda para além dos comerciais, como direitos humanos e promoção da democracia, mas não mencionou a negociação de uma política migratória (México, Diário Oficial de la Federación, 2013). Esta foi uma diferença com relação aos governos de Vicente Fox (2000-2006) e de Felipe Calderón (2006-2012): no primeiro, buscou-se aprofundar o NAFTA e negociar com os EUA um acordo migratório, que não avançou após os atentados de 11 de setembro de 2001; com Calderón, os dois países negociaram a Iniciativa Mérida, que formalizou a cooperação com os EUA no combate ao narcotráfico no México. Em maio de 2013, o México e os EUA acordaram o Diálogo Econômico de Alto Nível (DEAN), cujos objetivos eram: 1. Promover a competitividade e a conectividade; 2. Fomentar o crescimento econômico, a produtividade, o empreendedorismo e a inovação; e 3. Exercer liderança regional e global de forma conjunta (México, Secretaría de Relaciones

Exteriores, 2018). Por parte do governo do México, o DEAN foi copresidido pelas Secretarias de Relações Exteriores, da Fazenda e do Crédito Público, e de Economia. Dos Estados Unidos, pelo Departamento de Estado, de Comércio e de Representação de Comércio dos Estados Unidos (USTR, em inglês). Além destes órgãos, buscou-se agregar outras agências dos governos nacionais, além do setor privado e da sociedade civil, para transformá-lo no principal fórum de discussão bilateral para os temas econômicos.

Os representantes do México e dos EUA se reuniram em 2013, 2015 e 2016. Dentre os temas tratados no DEAN, destacam-se a harmonização regulatória para facilitar a produção na região fronteira, cooperação educacional e oferta de bolsas para estudantes mexicanos e estadunidenses, medidas de combate à corrupção e de ampliação da transparência governamental e a modernização do trânsito na fronteira binacional, como a construção de novos portos de entrada e de conexão aeroportuária entre os dois países (México, Secretaría de Relaciones Exteriores, 2018). Contudo, apesar de sua importância no governo de Enrique Peña Nieto, o mecanismo foi descontinuado após a eleição de Donald Trump.

No âmbito multilateral, o governo de Peña Nieto deu continuidade às negociações do Acordo Estratégico Transpacífico de Associação Econômica (TPP, em inglês), em que o

México ingressou em outubro de 2012. Considerado pelo governo mexicano a “negociação comercial mais importante e ambiciosa a nível mundial” [1], o Acordo seria uma forma de o México expandir as relações comerciais com países da região da Ásia-Pacífico e que são pouco representativos na pauta de comércio exterior do país, como Austrália, Brunei Darussalam, Malásia, Nova Zelândia, Singapura e Vietnã. Além disso, era uma oportunidade de ampliar as trocas comerciais com países, com os quais o México já tinha Tratados de Livre-Comércio — caso de Chile, Japão, Peru, Canadá e EUA.

A participação do México no TPP também foi considerada uma forma de harmonizar a política comercial do país com a dos Estados Unidos. Na prática, o Acordo de Associação Transpacífico atualizou o NAFTA (Cruz, 2019), pois ele incluiu temas que não tinham sido negociados pelos três países na década de 1990 e aprofundou outros, nos quais as normas tinham baixo *enforcement*, como as trabalhistas. Mesmo que o governo de Donald Trump tenha retirado os Estados Unidos do TPP, em janeiro de 2017, as novas diretrizes negociadas no Acordo, como as regras trabalhistas, serviram como base para a modernização do Acordo Estados Unidos-México-Canadá, uma das principais promessas de campanha do presidente estadunidense.

Para além da participação no TPP, o governo mexicano ingressou em espaços informais de diálogo com os países emergentes da Ásia-Pacífico. Em

2013, o grupo MIST (México, Indonésia, Coreia do Sul e Turquia), que recebeu o nome de MIKTA após a incorporação da Austrália, tinha a expectativa de aprofundar a cooperação política entre os países e de estabelecer uma contraposição ao Brics (Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul). A participação nestas iniciativas foi considerada uma oportunidade para o México desempenhar um papel mais destacado no cenário internacional, um "ator de responsabilidade global" (México, Diário Oficial de la Federación, 2013), além de diversificar as relações econômicas internacionais.

O retorno do México às Operações de Paz da Organização das Nações Unidas (ONU) também sinaliza para este objetivo.

O maior engajamento com a Ásia-Pacífico foi ainda uma das motivações do governo do México nas iniciativas da América Latina, como a Celac e a Aliança do Pacífico. A última, criada em 2012 por México, Peru, Colômbia e Chile, buscava facilitar as trocas multilaterais e projetar os países para a Ásia, em busca de ampliar o comércio e os investimentos. Como todos os membros tinham Tratados de Livre-Comércio com os EUA, a Aliança era funcional aos interesses da grande potência (Turzi, 2014). Ainda assim, o comércio do México com Peru, Chile e Colômbia é muito pouco desenvolvido em relação às trocas totais — 1,4% das exportações, e 0,8%, das importações, em 2019 (México, Secretaría de Economía, 2021).

As iniciativas na América Latina e na Ásia estavam alinhadas à tentativa de longa data da política externa do México de diversificar as relações econômicas internacionais, que ganhou destaque em momentos de instabilidade nas relações com os Estados Unidos. O conceito sugere que o país poderia diminuir a dependência em relação à grande potência, ao intensificar as relações econômicas com outros sócios, como América Latina e o Caribe, União Europeia e, mais recentemente, China. Contudo, mesmo que o México tenha Tratados de Livre-Comércio com 50 países, não há nenhum país, ou região, que possa equilibrar o peso dos Estados Unidos no comércio exterior mexicano. A dependência econômica em relação aos EUA faz com que os acordos com outras regiões tenham baixo alcance no comércio exterior e, assim, limitam o interesse da política externa mexicana por iniciativas mais institucionalizadas.

O tema recobrou importância após o notório discurso antimexicano adotado pelo candidato Donald Trump durante a campanha eleitoral dos EUA, em 2016. Trump ameaçou completar a construção do muro na fronteira binacional e fazer o México pagar por ele, deportar em massa os imigrantes mexicanos que vivem no país vizinho e sair do NAFTA, caso o Tratado não fosse modernizado (Barragán, 2017). Para González e Castillo (2019), a política externa mexicana passou para uma fase de retração (2015-2017) e depois de contenção (2017-2018),

em que os objetivos se resumiram a amortecer os danos ocasionados pelas ameaças dirigidas ao México. A conjuntura era de grande instabilidade para o desenvolvimento econômico do país, que não tinha condições de absorver os cerca de 4,9 milhões de cidadãos sem documentos que viviam nos Estados Unidos e que poderiam ser deportados (Passel e Cohn, 2019). Além disso, a possibilidade de que os EUA saíssem do NAFTA gerou grande instabilidade para a economia do México, pois o vizinho é destino de 80% das exportações mexicanas e origem de 37% dos investimentos externos (México, Secretaría de Economía, 2021).

Além da crise nas relações com os Estados Unidos e seus impactos na política doméstica, Peña Nieto enfrentou circunstâncias internas que mancharam a pretendida imagem de país moderno. Em setembro de 2014, o desaparecimento de 43 estudantes no município de Iguala, no estado de Guerrero, foi alvo de grande repercussão nacional e internacional, crime que está sendo investigado pela Comissão para a Verdade e o Acesso à Justiça no caso Ayotzinapa, criada em junho de 2018. Além disso, o governo sofreu denúncias de corrupção que envolviam Angélica Rivera, esposa do presidente, e Javier Duarte, aliado próximo e ex-governador de Veracruz. Por fim, o crescimento econômico também ficou aquém do projetado pelo governo — 2,4% ao ano, entre 2013 e 2018 (World Bank, 2021). Os descontentamentos com o retorno do

PRI e a instabilidade nas relações com os Estados Unidos abriram caminho para a vitória de López Obrador, em 2 de julho de 2018.

A política externa do governo de López Obrador

A eleição de López Obrador representou uma alternância histórica dentro do sistema político-partidário mexicano. Apesar de AMLO ser uma figura antiga na política nacional, o Movimento Regeneração Nacional, partido pelo qual se elegeu, foi criado em 2012. AMLO começou sua carreira política no Partido Revolucionário Institucional e, em 1989, fundou o Partido da Revolução Democrática (PRD). Pelo PRD, foi chefe de governo do Distrito Federal entre 2000 e 2005 e disputou as eleições presidenciais em 2006 e 2012, quando anunciou sua saída para fundar o Morena. Em 2018, disputou as eleições pela coalizão “Juntos Faremos História”, que incluiu o Partido do Trabalho (PT) e o Partido Encontro Social (PES), e foi eleito com uma votação massiva de 53% dos votos, além de ter conquistado maioria na Câmara e no Senado.

López Obrador apresentou um discurso fortemente modernizador. Em referência aos três momentos-chave da história mexicana — Independência (1821), Reformas de Benito Juárez (1858-1861) e Revolução (1910) —, AMLO prometeu a Quarta transformação e indicou que faria mudanças profundas no país, ainda que não estivesse claro o que isso

significava. As mudanças estariam ancoradas na construção de um projeto de desenvolvimento “pós-neoliberal”, caracterizado pela retomada do papel do Estado na condução das políticas públicas, pelo combate às desigualdades socioeconômicas e pelo reforço do Estado de direito. Almejava-se o estabelecimento de um novo contrato social em prol de “enterrar o neoliberalismo”, a partir de uma reforma “pacífica” e “democrática” (México, Diário Oficial de la Federación, 2019), sendo que por “neoliberal” entendia-se:

[...] dismantelamento sustentado da presença do setor público e a dramática redução do setor social; abertura comercial indiscriminada; desregulação em todas as frentes; supressão, ou redução, dos direitos e conquistas trabalhistas; eliminação dos subsídios gerais e substituição por sistemas clientelistas focalizados nos setores mais empobrecidos; parcelamento das faculdades governamentais em comissões e organismos autônomos e a abdicação de poderes do governo em diversas instâncias internacionais, no marco da inserção do país na economia global [2] (México, Diário Oficial de la Federación, 2019, tradução nossa).

O projeto de desenvolvimento pós-neoliberal apresentado por López Obrador se ancorava na promessa redistributiva e no combate aos privilégios (Centeno, 2021). O Plano apresentou uma crítica ao governo de

Miguel de La Madrid (1982-1988) e de Salinas de Gortari (1988-1994), que teriam legado ao México um “desenvolvimento desestabilizador” (México, Diário Oficial de la Federación, 2019). O termo fazia referência ao *desarrollo estabilizador*, o projeto de reforma fiscal e monetária que garantiu um período de crescimento econômico sustentado da economia mexicana entre 1954 e 1970.

O documento atribui especial ênfase às políticas de enfrentamento da corrupção, considerada o principal legado dos governos anteriores a ser combatido. A recuperação destes recursos seria utilizada como fonte de financiamento para os programas sociais, como bolsas e pensões para os idosos e a construção de universidades; e os projetos de infraestrutura, caso do corredor Del Istmo e do Trem Maya. Parte dos recursos necessários também seria viabilizada por meio da adoção de uma “política de austeridade republicana”, que inclui disciplina fiscal, respeito à autonomia do Banco do México e fortalecimento do mercado interno (México, Diário Oficial de la Federación, 2019).

Os objetivos apresentados para a política externa foram genéricos. Quando questionado sobre o tema, López Obrador argumentou que a “melhor política externa era a interna”, indicando priorização da agenda doméstica. No âmbito das relações com os Estados Unidos, o Plano Nacional de Desenvolvimento 2019-2024 destacou que as relações

bilaterais seriam baseadas no respeito mútuo [3], na cooperação para o desenvolvimento e na busca por soluções negociadas para os problemas comuns (México, Diário Oficial de la Federación, 2019). Com a América Latina, mencionada apenas uma vez no PND 2019-2024, se “impulsionará com ênfase os intercâmbios econômicos, culturais, científicos e tecnológicos” [4] (México, Diário Oficial de la Federación, 2019). O documento não faz menção à Celac, à Aliança do Pacífico, nem à China, o que dimensiona a falta de objetivos claros e o desinteresse do governo de López Obrador pela política externa.

O PND 2019-2024 deixa evidente que o discurso de modernização nacional não atingiria a política externa e as relações com os Estados Unidos, que seriam mantidas como prioridade da inserção internacional do México. A equipe de transição do governo AMLO acompanhou as últimas etapas da negociação do USMCA, concluído ainda no governo de EPN, indicando que a transição e a ratificação do Acordo seriam feitas sem rupturas nas relações com o vizinho. Além disso, o neoliberalismo mexicano é mais institucionalizado do que em outros países da América Latina e do Caribe, justificado pelo grau de aprofundamento das reformas e posterior comprometimento nas instâncias internacionais, como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em 1994, mesmo ano em que o NAFTA

entrou em vigor (Centeno, 2021). Neste contexto, as relações com os EUA se tornaram estruturais na política externa do México, reduzindo as possibilidades de mudança governamental.

O presidente mexicano realizou uma visita oficial até março de 2021 e não esteve presente em nenhuma reunião de fórum multilateral, eventos que contaram com a presença de Marcelo Ebrard, secretário de Relações Exteriores. Em 8 de julho de 2020, López Obrador visitou Washington a convite de Trump, no marco da entrada em vigor do USMCA. A visita teve repercussões negativas no México já que, em pleno processo eleitoral estadunidense, López Obrador se encontrou apenas com o então presidente Trump, candidato à reeleição pelo Partido Republicano. Na ocasião, AMLO declarou que “estava ali para expressar ao povo dos Estados Unidos que seu presidente tinha-se referido ao México com gentileza e respeito” e que “estão optando por caminhar juntos pelo que está por vir, privilegiar o entendimento e deixar de lado as diferenças, ou resolvê-las com diálogo e respeito mútuo” (*apud* Doque, 2020). Na mesma ocasião, Trump chegou a dizer que “a relação entre os Estados Unidos e México nunca tinha sido tão próxima como agora” [5]. Os principais temas abordados pelos dois países foram o USMCA e o controle do fluxo migratório proveniente da América Central.

Economia e comércio

As relações econômicas do México com os EUA no governo de López Obrador ficaram marcadas pela entrada em vigor do Acordo Estados Unidos-México-Canadá, em 1º de julho de 2020. A modernização do NAFTA era uma das principais promessas de campanha do ex-presidente Donald Trump, que considerou o Tratado o “pior acordo já assinado pelos Estados Unidos” (*apud* Davis e Rappeport, 2017). As negociações, iniciadas ainda no governo de Enrique Peña Nieto, em 16 de agosto de 2017, ficaram marcadas por ameaças de Trump de que os EUA poderiam deixar o acordo, caso ele não fosse modernizado. Esta possibilidade trouxe grande instabilidade para o peso mexicano e, como consequência, para a economia nacional. Os EUA e o Canadá eram signatários do Tratado de Livre-Comércio entre Canadá e Estados Unidos, em vigor desde 1989, que regularia as relações comerciais em caso de eventual saída dos EUA do acordo trilateral.

O USMCA é parte da estratégia de Donald Trump de realocar as companhias estadunidenses de volta ao país, diminuindo o déficit comercial dos EUA e gerando postos de trabalho mais qualificados. Para Robert Lighthizer (2020), ex-representante de Comércio dos Estados Unidos, o Acordo é fruto da nova abordagem da política comercial de priorizar a dignidade do trabalho. Ele buscou responder à ofensiva dos sindicatos dos EUA, que demandavam um endurecimento das diretrizes

trabalhistas nos países sócios, como forma de evitar que a flexibilização das legislações nacionais seja utilizada para obter vantagens comerciais. Segundo a Federação Americana do Trabalho e Congresso de Organizações Industriais (AFL-CIO) (2018), maior sindicato dos EUA, as medidas eram necessárias para combater “acordos comerciais injustos” e que “destroem as vidas das famílias trabalhadoras”.

A expectativa é que o USMCA seja um modelo para futuros tratados comerciais. Ele incluiu temas que não estavam presentes no NAFTA, como comércio digital, pequenas e médias empresas, medidas anticorrupção e práticas regulatórias (Sáez, 2019); e aprofundou as regras de origem da indústria automobilística e as regulações trabalhistas e ambientais, antes acordos paralelos. No âmbito das regulações trabalhistas, o USMCA reforçou os compromissos dos países membros com a Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre os Princípios e Direitos Fundamentais, de 1998, e instituiu que as violações das normas podem ser levadas ao mecanismo de solução de controvérsias, com a possibilidade de sanções comerciais.

O Acordo ainda prevê que 40% dos veículos leves devem ser produzidos por trabalhadores que ganhem ao menos US\$ 16 por hora, valor que apenas os Estados Unidos e o Canadá atingem. A medida pode aprofundar as assimetrias regionais, pois concentra as atividades de alta intensidade tecnológica nos países

mais ricos e reforça o papel do México como produtor de bens intermediários. As novas diretrizes representam uma pressão externa para que o governo de López Obrador modifique as relações de trabalho e deixe de apostar nos baixos salários e no baixo grau de formalização como forma de dar competitividade à economia nacional (Areous e Covarrubias V., 2016).

As novas regras trabalhistas do USMCA atendem à promessa de López Obrador de “recuperar o poder aquisitivo dos salários” e “melhorar a distribuição de riqueza e de renda” (México, Diário Oficial de la Federación, 2019). Para se adaptar às novas normas, o governo mexicano aprovou, em maio de 2019, o “Novo Modelo Laboral”, que prevê sindicatos independentes, transparência nos contratos coletivos e tribunais autônomos para a resolução dos conflitos trabalhistas. Ademais, o governo mexicano trabalha junto aos sindicatos e empresários para coibir possíveis denúncias contra o México no órgão de soluções de controvérsias, além de adotar uma política anual de reajuste do salário mínimo. Apesar de o USMCA representar uma transição para um novo modelo de relações de trabalho no México, as mudanças no âmbito doméstico são lentas e insuficientes para fechar a brecha salarial entre México e EUA no curto e no médio prazo (Covarrubias, 2021).

Ao recuperar diversos pontos negociados no TPP, o USMCA sinaliza para medidas de contenção da China, como o aumento do valor de conteúdo

regional para que um veículo seja exportado sem taxas — de 62,5% para 75%, no caso das partes essenciais. Além disso, o Capítulo 32 prevê que o membro que tiver intenções de negociar acordos comerciais com países que não sejam economias de mercado devem avisar os outros com pelo menos três meses de antecedência. Caso haja algum comprometimento ao USMCA, o Estado que negociou deverá abandonar o acordo trilateral. O objetivo da medida é diminuir as importações de produtos chineses e substituir pelos fabricados dentro do bloco. Entre 2001 e 2020, a participação da China nas importações totais dos Estados Unidos saltou de 8,9% para 18,6% (U.S. Census Bureau, 2021) e, nas do México, de 1,5% para 18,2%, no mesmo período (México, Secretaría de Economía, 2021).

Mesmo com diretrizes mais rígidas, o USMCA é a principal aposta do governo mexicano para a retomada do crescimento econômico, depois do crescimento nulo registrado em 2019 e da queda de 8,5% em 2020, atribuída aos impactos da crise econômico-sanitária deflagrada pela covid-19 (Valor Econômico, 2021).

Migração

Depois do crescimento acelerado da migração de mexicanos para os Estados Unidos, entre 1994 e 2007, notou-se uma mudança no padrão migratório e o reforço da posição do México como país de

trânsito. De 2007 a 2019, o número de mexicanos que chegaram aos EUA sem documentação caiu 29% (Passel e Cohn, 2019), mesmo período em que se registrou um aumento de cidadãos de outras nacionalidades. Em 2007, os mexicanos eram 52% dos imigrantes que chegavam sem documento aos EUA, além de 13% de asiáticos e 11% de guatemaltecos, salvadorenhos e hondurenhos. Em 2017, os números corresponderam a 20%, 23% e 17%, respectivamente (Passel e Cohn, 2019).

Como território de passagem para os imigrantes centro-americanos que buscam chegar aos Estados Unidos, o México desempenha um papel complementar no controle do fluxo migratório proveniente da Guatemala, Honduras e El Salvador. Para pressionar o governo do México a adotar medidas mais efetivas de controle, Trump ameaçou impor tarifa de 5% aos produtos mexicanos importados pelos EUA (Brice, 2019). O governo estadunidense se aproveitou, portanto, da dependência econômica do México em relação ao vizinho para pressionar o governo de López Obrador a promover mudanças em sua política migratória.

O Programa de Proteção ao Migrante (MPP, em inglês), lançado pelo governo dos Estados Unidos após acordo com o governo do México, em 25 de janeiro de 2019, determinou que os cidadãos não mexicanos que tentam entrar sem documentação nos EUA deverão aguardar no país de trânsito até a decisão da corte estadunidense. Conhecido popularmente como

“Permanecer no México”, o Programa se aplicava inicialmente às cidades da fronteira mexicana com maior fluxo de pessoas — San Diego, Calexico, El Paso, Laredo e Brownsville, mas, em junho de 2019, foi estendido para toda faixa fronteiriça do México. Na prática, os imigrantes que cruzam o México para chegar aos Estados Unidos deveriam primeiro entrar com o pedido de asilo no México e, depois, no destino final.

Como parte do "Permanecer no México", o governo mexicano reposicionou tropas da Guarda Nacional para a fronteira sul, medida que contradisse a promessa de López Obrador de que o tema migratório seria tratado de uma perspectiva mais humanitária. As medidas foram duramente criticadas por organizações não-governamentais de direitos humanos, que apontaram violência contra jovens e crianças por parte dos oficiais mexicanos que faziam a patrulha fronteiriça (Human Rights Watch, 2021). Os solicitantes de asilo que permaneciam nas cidades mexicanas eram encaminhados para abrigos lotados, ou acolhidos por organizações sociais que, buscando contornar a escassez de recursos do governo federal, ofereciam assistência Humanitária [6]. Na prática, a medida transferia ao México a responsabilidade de assistir aos migrantes que permaneciam em território mexicano por tempo indeterminado. O Programa foi lançado na esteira de medidas migratórias mais restritivas nos Estados Unidos, como o atraso e a recusa de pedidos de naturalização, assim como de

vistos de entrada, que reduziram em 49% o ingresso de imigrantes com documentação no país (Anderson, 2020).

A colaboração do governo de López Obrador com o de Trump indicou que o governo do México não estaria disposto a defender os centro-americanos, caso isso ameaçasse o *status quo* nas relações com os Estados Unidos. Como a política migratória é um tema-chave da política doméstica estadunidense, o México está significativamente mais suscetível às pressões da grande potência. Além disso, a possibilidade de impor tarifas comerciais aos produtos mexicanos poderia ter graves impactos nas exportações e, conseqüentemente, no crescimento econômico do país.

López Obrador sinalizou que poderia utilizar o papel do México no controle do fluxo migratório como um meio de barganha para obter recursos para o Plano de Desenvolvimento Integral para a América Central (PDI). Lançado em conjunto com a Cepal, em 20 de maio de 2019, o Plano tinha como objetivo combater as causas estruturais da migração internacional, como as associadas à vulnerabilidade socioeconômica, que levam os imigrantes a saírem de seus países de origem. Propõe-se atuar em três frentes: 1. Promover investimentos para projetos de infraestrutura e facilitação comercial; 2. Humanizar e regulamentar o trânsito de migrantes; e 3. Gerir o retorno e promover atividades de reintegração (Cepal, 2019).

O Plano de Desenvolvimento Integral foi uma tentativa do governo

de López Obrador de responder às críticas que recebeu após as políticas militaristas na fronteira sul do México. Ele trata a migração de uma perspectiva multidimensional e atribui ao país um papel de coordenador e de mediador de esforços na cooperação para o desenvolvimento. Além disso, a inclusão da ONU atribui mais legitimidade à atuação do governo do México, algo que diferencia o PDI de outras iniciativas já lançadas pelo governo mexicano na América Central, como o Plano Puebla Panamá (2001) e o Projeto Mesoamérica (2008). Ambos tinham como ênfase a promoção do desenvolvimento a partir de grandes projetos de infraestrutura.

Como parte do Plano, o governo mexicano assinou acordos com os governos de Honduras e El Salvador que garantiam a doação de recursos para os Programas "Sembrando Vida" e "Jovens Construindo el Futuro", também implementados no México. O primeiro tem como objetivo aumentar a produtividade das comunidades rurais (México, Secretaría de Bienestar, 2020); e o segundo oferece bolsas de estudo para o desenvolvimento profissional de jovens (México, Secretaría del Trabajo e Previsión Social, 2020). Devido à pandemia da covid-19, a entrega dos recursos atrasou e foi retomada apenas em outubro de 2020 (México, Secretaría de Relaciones Exteriores, 2020). Além disso, o governo mexicano negocia um acordo similar com a Guatemala, sem previsão para ser concluído

Perspectivas com Biden

A posse de Joseph Biden e Kamala Harris, em 20 de janeiro de 2021, impôs desafios às relações do México com seu vizinho e principal sócio comercial. Biden prometeu restaurar o papel de liderança dos Estados Unidos no mundo, reconstruir as relações com os aliados, promover a segurança econômica e recompor a credibilidade do país no sistema internacional (Biden, 2020). O novo presidente dos EUA ainda pretende reforçar a cooperação internacional em torno dos valores democráticos, que inclui avanços no combate à corrupção e ao autoritarismo e o respeito aos direitos humanos. Mesmo que estes objetivos não estejam diretamente associados às relações com o México, eles sinalizam uma agenda mais ampla do que aquela desenvolvida durante o governo de Donald Trump. Nesse sentido, demanda-se do governo de López Obrador uma maior capacidade de negociação e de articulação com diferentes atores nacionais e estrangeiros.

Ademais, as relações do México com os Estados Unidos representam um desafio, porque López Obrador desenvolveu uma relação subordinada, mas colaborativa, com Donald Trump. A visita de AMLO à Washington foi vista como um gesto de apoio ao candidato do Partido Republicano. López Obrador ainda negou a gravidade da pandemia da covid-19 e quebrou a tradição

diplomática da política externa Mexicana, ao não reconhecer imediatamente a vitória de Joe Biden, argumentando que esperaria até todas as questões legais serem resolvidas (López Obrador, 2020). O reconhecimento oficial veio em 15 de dezembro de 2020, depois que o Colégio Eleitoral ratificou a vitória de Biden, e mais de um mês depois que a imprensa proclamou o resultado, em 7 de novembro de 2020.

A política externa de Biden para a “classe média” inclui investimentos em educação, em infraestrutura e nas políticas de inovação, instrumentos que podem favorecer a retomada da liderança tecnológica dos Estados Unidos (Biden, 2020). No contexto da integração produtiva da América do Norte, elas podem contribuir para o aprofundamento das assimetrias regionais e da divisão internacional do trabalho. Na política comercial, o novo governo pretende acabar com os acordos comerciais injustos e confrontar a China no que considera práticas econômicas abusivas e violações dos direitos humanos (Biden, 2020). Diferentemente de Donald Trump, porém, Biden propõe implementar as medidas por meio da ação coletiva entre os Estados Unidos e os aliados. O retorno do país ao Acordo de Paris, em fevereiro de 2021, é uma sinalização nesse sentido.

A preocupação com as relações de trabalho no México se mantém como um dos temas centrais. Nos últimos anos, ele passou por um

processo de crescente institucionalização nos EUA apesar de já estar em pauta nas relações com o México desde as negociações do NAFTA (Covarrubias, 2021). Para que o Tratado fosse aprovado no Congresso, o Partido Democrata exigiu a inclusão de acordos paralelos nos âmbitos ambiental e trabalhista. O Acordo da América do Norte sobre Cooperação do Trabalho (NAALC, em inglês) determinou que cada Estado-membro seria responsável por implementar as regras, com base na cooperação e na consulta entre os três países, mas não previu que as violações pudessem ser denunciadas no mecanismo de solução de controvérsias, nem retaliadas com sanções comerciais, o que gerou críticas por parte dos sindicatos estadunidenses de que teria baixo *enforcement*. Assim, a pressão dos sindicatos estadunidenses foi decisiva para a expansão e o reforço das regras no novo acordo (Ortiz, 2019).

Apesar de os sindicatos mexicanos terem-se comprometido a acatar as novas diretrizes trabalhistas do USMCA, eles temem a ingerência do governo dos Estados Unidos na implementação e na fiscalização das regras (Estrella, 2021). No Congresso estadunidense, o processo é monitorado pelo Independent Mexico Labor Expert Board, criado no Ato de Implementação do USMCA (Centro de Información Sobre Empresas y Derechos Humanos, 2021). No Executivo, a indicação de Katherine Tai como Representante de Comércio dos

Estados Unidos também é um indício de aumento da pressão para que o México implemente as novas regras. Tai foi advogada trabalhista e participou das negociações do USMCA.

No tema migratório, Biden decretou o fim do Programa de Proteção ao Migrante e permitiu que solicitantes de asilo que esperavam no México pudessem cruzar a fronteira. Os dois países também acordaram ampliar a cooperação para o desenvolvimento da América Central e, depois da primeira chamada telefônica desde a posse do presidente dos EUA, em 22 de janeiro de 2021, anunciaram a liberação de US\$ 4 milhões para os programas mexicanos direcionados aos países centro-americanos, o que pode reforçar a posição do governo do México como interlocutor do Plano de Desenvolvimento Integral (Velázquez, 2021). Após falar com Biden, AMLO publicou no Twitter: “Conversamos com o presidente Biden, foi amável e respeitoso. Tratamos de assuntos relacionados com migração, covid-19 e cooperação para o desenvolvimento e bem-estar. Tudo indica que serão boas relações para o bem dos nossos povos e nações” [7]. A declaração busca minimizar a demora do governo mexicano em reconhecer a vitória de Biden.

Por último, cabe assinalar o pedido de López Obrador para que o governo dos Estados Unidos auxilie o México nos esforços de vacinação contra a covid-19. Inicialmente, o governo estadunidense declarou que o foco seria garantir a imunização para

todos os conacionais e, depois, discutir com México e Canadá a possibilidade de distribuição de doses. Em 18 de março de 2021, porém, os dois países fecharam um acordo que incluiu o empréstimo de 2,7 milhões de doses da vacina da AstraZeneca/Oxford ao México, que deverão ser devolvidas nos próximos meses. Diante da dificuldade de avançar na imunização, o governo do México vem defendendo na ONU a promoção de políticas que garantam o acesso equitativo dos países às vacinas e aos medicamentos. A pandemia da covid-19 evidenciou que, mesmo a cooperação bilateral tendo-se expandido para outros temas e até se aprofundado em alguns deles, a assimetria se mantém como a principal característica das relações do México com os Estados Unidos.

Conclusões

O objetivo do artigo foi discutir a política externa de López Obrador e as relações do México com os Estados Unidos. Apesar de o governo AMLO ainda estar em andamento, o texto busca fazer um balanço das principais medidas adotadas pelos dois países nos âmbitos comercial e migratório, com ênfase na entrada em vigor do Acordo Estados Unidos-México-Canadá e na posição do México no controle do fluxo migratório da América Central. Além disso, o artigo discute as medidas iniciais do recém-eleito presidente Joseph Biden e seus impactos nas relações com o México.

López Obrador foi eleito depois

de uma série de desgastes sofridos pelo governo de Enrique Peña Nieto, do Partido Revolucionário Institucional. EPN assumiu o posto com um discurso modernizador e disposto a utilizar a política externa como um meio para ampliar as oportunidades econômicas do México no sistema internacional. Contudo, as denúncias de corrupção, o desaparecimento dos 43 estudantes no estado de Guerrero e a instabilidade nas relações com os Estados Unidos obrigaram o governo a desenvolver uma política externa de contenção, capaz de amenizar os impactos das ameaças do então candidato Donald Trump à economia do México. Trump ameaçou completar a construção do muro na fronteira binacional, impor sanções comerciais, caso o México não colaborasse no controle migratório de sua fronteira sul, e sair do NAFTA.

Diante da dependência econômica do México em relação aos EUA, López Obrador teve de se ajustar à política de Trump e, mesmo, contrariando as expectativas, desenvolveu uma política colaborativa com o presidente estadunidense. Na migração, os dois países assinaram o Programa de Proteção ao Migrante (MPP, em inglês), que obrigava os solicitantes de asilo nos Estados Unidos a permanecerem no México até a decisão da corte estadunidense e reposicionou os militares da Guarda Nacional na fronteira sul do México. Ao ceder a Trump, López Obrador esperava conseguir recursos para impulsionar o Plano de Desenvolvimento Integral da América

Central, que replicava, em Honduras e em El Salvador, as políticas sociais que tinham sido implementadas no México.

No comércio, o USMCA prevê a introdução de um salário mínimo para a indústria automobilística e a formalização das relações de trabalho no México, país que teria leis mais flexíveis nesse âmbito. De forma a se adaptar às novas regras, o governo de López Obrador empreendeu uma política anual de reajuste do salário mínimo, aprovou uma nova reforma trabalhista e estabeleceu iniciativas de cooperação com os empresários e com os sindicatos, buscando antever futuras denúncias contra o México no mecanismo de solução de controvérsias e, no limite, sanções comerciais.

O tema se mantém no centro da agenda comercial do presidente Joe Biden, que, através das agências federais e do Congresso, monitora a implementação e a fiscalização das novas regras no país vizinho. A interlocução destes temas com a agenda doméstica e os graves impactos da crise da covid-19 no crescimento econômico mexicano sinalizam para um menor espaço de manobra do governo de López Obrador, que reforça as relações com os Estados Unidos e amplia o desinteresse para com a América Latina.

Referências bibliográficas

AFL-CIO. 2018. More work needed to determine if "New NAFTA" works for working people. Disponível em <https://aflcio.org/press/releases/more-work-needed-determine-if-new-nafta-works-working-people>. Acesso em 3 fev. 2021.

AREOUS, G. B.; COVARRUBIAS V., A. 2009. "Relaciones laborales y salariales en la IAM: vendrá el cambio de fuera?" In: VALDENEBRO, A. C.; GODOY, S. A. S.; GARCÍA, A. A. (Coords.) *La industria automotriz en Mexico: relaciones de empleo, culturas organizacionales y factores psicosociales* México: AM Editoriales; Hermosillo, Sonora, México: CIAD: El Colegio de Sonora, 2016.

ARDERSON, S. 2020. A Review of Trump Immigration Policy. *Forbes*. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/stuarda-arderson/2020/08/26/fact-check-and-review-of-trump-immigration-policy/?sh=4b3e750556c0>. Acesso em 8 mar. 2021.

BARRAGÁN, A. 2017. Las cinco amenazas de Trump a México. *El País*. Disponível em: https://elpais.com/economia/2017/01/20/actualidad/1484949627_276094.html. Acesso em 5 mar. 2021.

BIDEN, J. 2020. Why America Must Lead Again. Rescuing U.S. Foreign Policy After Trump. *Foreign Affairs*.

Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/article/s/united-states/2020-01-23/why-america-must-lead-again>. Acesso em 9 mar. 2021.

BRICE, M. 2019. Trump threatens more tariffs on Mexico over part of immigration deal. *Reuters*. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-usa-trade-mexico-idUSKCN1TB182>. Acesso em 7 mar. 2021.

CENTENO, R. I. 2021. "López Obrador o la izquierda que no es". *Foro Internacional*, vol. LXI, 243. Disponível em: <https://forointernacional.colmex.mx/index.php/fi/article/view/2716>. Acesso em 1 mar. 2021.

CENTRO DE INFORMACIÓN SOBRE EMPRESAS Y DERECHOS HUMANOS. 2021. New Independent Mexico Labor Expert Board published interim report on the USMCA Trade Agreement Implementation Act. Disponível em: <https://www.business-humanrights.org/es/últimas-noticias/e-independent-mexico-labor-expert-board-interim-report-section-734-of-the-united-states-mexico-canada-agreement-implementation-act-pl-116-113/>. Acesso em 10 mar. 2021.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL). 2020. El Plan de Desarrollo Integral es una propuesta innovadora que aborda las causas estructurales de la migración

- igualdad y sostenibilidad ambiental. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/comunicados/plan-desarrollo-integral-es-propuesta-innovadora-que-aborda-causas-estructurales-la>. Acesso em 10 mar. 2021.
- COVARRUBIAS V., A.. 2021. “El T-MEC y la tercera generación de arreglos laborales. Los escenarios probables para el trabajo y la industrial regional”. *Norteamérica*, año 16, n. 1. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22201/cisan.24487228e.2021.1470>. Acesso em 20 mar. 2021.
- CRUZ, A. S. 2019. “La política de Enrique Peña Nieto hacia América del Norte: normalización e institucionalización”. *Foro Internacional*, vol. LIX, 3-4 (237-238). Disponível em: <https://doi.org/10.24201/fi.v59i3-4.2638>. Acesso em 20 abr. 2021.
- DAVIS, J. H.; RAPPEPORT, A. 2017. After Calling Nafta ‘Worst Trade Deal’, Trump Appears to Soften Stance. *NY Times*. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2017/03/30/business/nafta-trade-deal-trump.html>. Acesso em 8 mar. 2021.
- DOQUE, S. S. 2020. Trump: “La relación entre EEUU y México nunca había sido tan cercana como ahora”. *Anadolu Agency*. Disponível em: <https://www.aa.com.tr/es/mundo/trump-la-relación-entre-eeuu-y-méxico-nunca-hab%C3%ADa-sido-tan-cercana-como-ahora-/1904187>. Acesso em 8 mar. 2021.
- ESTRELLA, V. 2021. “Reglas laborales del T-MEC inquietan a empresas de manufactura de exportación en Querétaro: Index. *El Economista*. Disponível em: <https://www.eleconomista.com.mx/estados/Reglas-laborales-del-T-MEC-inquietan-a-empresas-de-manufactura-de-exportacion-en-Queretaro-Index-20210124-0016.html>. Acesso em 10 mar. 2021.
- GONZÁLEZ, G. G.; CASTILLO, R. M. 2019. "La política exterior del gobierno de Enrique Peña Nieto hacia América Latina y el Caribe en un mundo en transición: una trama de tres actos". *Foro Internacional*, vol. LIX, 3-4, 237-238. Disponível em: <https://forointernacional.colmex.mx/index.php/fi/article/view/2640>. Acesso em 4 mar. 2021.
- HUMAN RIGHTS WATCH. 2021. EUA: ‘Remain in Mexico’ prejudica crianças e famílias. Comunicado de prensa. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/news/2021/01/06/377525>. Acesso em 8 mar. 2021.
- LIGHTHIZER, R. 2020. How to make trade work for workers. *Foreign Affairs*. Disponível em:

<https://www.foreignaffairs.com/article/s/united-states/2020-06-09/how-make-trade-work-workers>. Acesso em: 10 mar. 2021.

LÓPEZ OBRADOR, A. M. 2020. AMLO no reconhece Victoria de Joe Biden; "hay una Buena relación", peça esperará resultado final, dice. *El Universal*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LiSKadJluFI>. Acesso em 9 mar. 2021.

LÓPEZ OBRADOR, A. M. 2021. Conversamos con el presidente Joe Biden y su equipo. Fue un encuentro amistoso y por el bien de nuestros pueblos. Les comparto el inicio de la reunión bilateral. Cidade do México, 1 mar. 2021. Twitter: @lopezobrador_. Disponível em: https://twitter.com/lopezobrador_/status/1366551665286017026.

MEDA, K. R.; AGUILAR, N. M. 2017. "La política exterior de México durante el sexenio de Enrique Peña Nieto". *Camillas Journal of International Relations*, n. 8. Disponível em: <https://doi.org/10.14422/cir.i08.y2017.004>. Acesso em 3 mar. 2021.

MÉXICO. Diário Oficial de la Federación. 2013. Plan Nacional de Desarrollo 2013-2018. Disponível em: http://www.dof.gob.mx/nota_detalle.php?codigo=5299465&fecha=20/05/2013. Acesso em: 2 mar. 2021.

MÉXICO. Diário Oficial de la Federación. 2019. Plan Nacional de Desarrollo 2019-2024. Disponível em: https://www.dof.gob.mx/nota_detalle.php?codigo=5565599&fecha=12/07/2019. Acesso em 2 mar. 2021.

MÉXICO. Secretaría de Bienestar. 2020. Programa Sembrando Vida. Disponível em: <https://www.gob.mx/bienestar/acciones-y-programas/programa-sembrando-vida>. Acesso em 8 mar. 2021.

MÉXICO. Secretaría de Economía. 2021. Comércio Exterior. Disponível em: <https://www.gob.mx/se/acciones-y-programas/comercio-exterior>. Acesso em: 10 mar. 2021.

MÉXICO. Secretaría de Relaciones Exteriores. Embajada de México en Italia. 2016. Reformas Estructurales para transformar a México. Disponível em: <https://embamex.sre.gob.mx/italia/images/pdf/reformas/REFORMASESTRUCTURALES.pdf>. Acesso em 2 mar. 2021.

MÉXICO. Secretaría de Relaciones Exteriores. 2016. Diálogo Económico de Alto Nivel entre México y Estados Unidos: Declaración Conjunta 2016. Disponível em: <https://www.gob.mx/sre/prensa/dialogo-economico-de-alto-nivel-entre-mexico-y-estados-unidos?state=published>. Acesso em 3 mar. 2021.

- MÉXICO. Secretaría de Relaciones Exteriores. 2020. México reanuda entrega de recursos de programas sociales para El Salvador y Honduras. Disponível em: <https://www.gob.mx/sre/prensa/mexico-reanuda-entrega-de-recursos-de-programas-sociales-para-el-salvador-y-honduras?idiom=es>. Acesso em 8 mar. 2021.
- MÉXICO. Secretaría del Trabajo e Previsión Social. 2020. Sembrando Vida: Conferencias sobre Programas del Bienestar. Disponível em: <https://www.gob.mx/stps/es/articulos/sembrando-vida-conferencias-sobre-programas-del-bienestar-250129?idiom=es>. Acesso em 7 mar. 2021.
- MODONESI, M. 2018. "México: el gobierno progresista "tardío". Alcances y límites de la victoria de AMLO". *Nueva Sociedad*, n. 276. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/mexico-el-gobierno-progresista-tardio/>. Acesso em 9 mar. 2021.
- ORTIZ, F. E. C. 2019. Labor regimes and Free Trade in North America: From the North American Free Trade Agreement to the United States-Mexico-Canada Agreement. *Latin American Policy*, vol. 10, n. 2.
- PASSEL, J. S.; COHN D. 2019. Mexicans decline to less than half the U.S. unauthorized immigrant population for the first time. *Pew Research Institute*. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/fact-tank/2019/06/12/us-unauthorized-immigrant-population-2017/>. Acesso em 5 mar. 2021.
- SÁEZ, R. E. 2019. Del NAFTA al USMCA: una primera mirada. Chile: Cieplan. Disponível em: <https://www.cieplan.org/wp-content/uploads/2019/04/NAFTA-al-USMCA.pdf>. Acesso em 8 mar. 2021.
- TURZI, M. 2014. "Asia y la ¿(des)integración latinoamericana? *Revista Nueva Sociedad*, n. 250, p. 78-87. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/asia-y-la-desintegracion-latinoamericana/>. Acesso em 19 abr. 2021.
- ULLOA, J. A. 2014. "Enrique Peña Nieto y el primer año de gobierno: nueva visión para la política exterior". *Revista de Relaciones Internacionales de la UNAM*, n. 119, maio-agosto, p. 117-143. Disponível em: <http://www.revistas.unam.mx/index.php/rri/article/view/54657>. Acesso em: 10 mar. 2021.
- U.S. CENSUS BUREAU. 2021. Foreign Trade: Trade in Goods With China. Disponível em: <https://www.census.gov/foreign-trade/balance/c5700.html>. Acesso em 20 abr. 2021.

VALOR ECONÔMICO. PIB do México recua 8,5% em 2020. *Valor Econômico*, 29 jan. 2020.

VELÁZQUEZ, M. 2021. AMLO dice que Joe Biden destinará 4,000 millones de dólares a Centroamérica para frenar las migraciones. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/comunicados/plan-desarrollo-integral-es-propuesta-innovadora-que-aborda-causas-estructurales-la>. Acesso em 10 mar. 2021.

WORLD BANK. 2021. Datos: México. Disponível em: <https://datos.bancomundial.org/pais/mexico>. Acesso em 20 abr. 2021.

Notas

1) Do original: “[...] la negociación comercial más importante y ambiciosa a nivel mundial” (MÉXICO, DIÁRIO OFICIAL DE LA FEDERACIÓN, 2013).

2) Do original: “desmantelamiento sostenido de la presencia del sector público y la dramática reducción del sector social; la apertura comercial indiscriminada; la desregulación en todos los frentes; la supresión o reducción de derechos y conquistas laborales; la eliminación de los subsidios generales y su remplazo por sistemas clientelistas focalizados en los sectores más depauperados; el parcelamiento de las facultades gubernamentales en comisiones y organismos autónomos y la abdicación de potestades del gobierno en diversas instancias internacionales, en el marco de la inserción del país en la economía global” (MÉXICO, DIÁRIO OFICIAL DE LA FEDERACIÓN, 2019).

3) Do original: “[...] se impulsará con énfasis los intercambios económicos, culturales, científicos y tecnológicos” (MÉXICO, DIÁRIO OFICIAL DE LA FEDERACIÓN, 2019).

4) Do original: “Por eso estoy aquí, para expresar al pueblo de Estados Unidos que su presidente se ha comportado hacia nosotros con gentileza y respeto [...] estamos optando por marchar juntos hacia el porvenir, es privilegiar el entendimiento y hacer a un lado las

diferencias o resolverlas con diálogo y respeto mutuo” (López Obrador *apud* Doque, 2020).

5) Do original: “la relación entre Estados Unidos y México nunca había sido tan cercana como ahora” (López Obrador *apud* Doque, 2020).

6) Relatos coletados durante visita à cidade de Tijuana, em Baja California, fronteira com San Diego, Califórnia.

7) Do original: “Conversamos con el presidente Biden, fue amable y respetuoso. Tratamos asuntos relacionados con la migración, el covid-19 y la cooperación para el desarrollo y el bienestar. Todo indica que serán buenas las relaciones por el bien de nuestros pueblos y naciones” (López Obrador, 2021).

Abstract

The aim of the article is to discuss Mexican foreign policy under Andrés Manuel López Obrador's administration and the relations with the United States. Despite presenting a transforming discourse in domestic politics, the Mexican government's measures on trade and migration seek to preserve the United States as Mexican foreign policy priority. The president López Obrador developed a collaborative relationship with Donald Trump, aiming to take advantage of the magnitude of bilateral ties to implement his domestic agenda, which includes the promise of rising wages in Mexico and the mediation of the migration crisis in Central America. We conclude that Mexico's dependence on the United States diminishes the Mexican government's negotiating capacity and increases its disinterest in Latin America.

Keywords: Mexico; United States; foreign policy.

Resumo

O objetivo do artigo é discutir a política externa do México no governo de Andrés Manuel López Obrador e as relações com os Estados Unidos. Argumentamos que, apesar de apresentar um discurso transformador na política interna, as medidas do governo mexicano no âmbito comercial e migratório indicam a manutenção do vizinho como prioridade da política externa. Ao sinalizar para uma posição colaborativa com Donald Trump, López Obrador buscou aproveitar a magnitude dos vínculos bilaterais para implementar sua agenda doméstica, que inclui a promessa de aumento do salário mínimo e a mediação da crise migratória na América Central. Concluímos que a dependência do México em relação aos Estados Unidos diminui a capacidade de negociação do governo mexicano frente ao vizinho e amplia seu desinteresse pela América Latina.

Palavras-chave: México; Estados Unidos; política externa.